



Candidatos a governador de Sergipe debatem com o Fisco

Neste processo eleitoral, SINDIFISCO contribui com o fortalecimento da democracia para influenciar o debate sobre as finanças públicas e administração tributária

Um momento histórico. O Debate do Fisco: Eleições 2018 contou com a participação de oito candidatos a governador do Estado de Sergipe: (por ordem de apresentação) deputado federal Valadares Filho (PSB), dr. Emerson (Rede), João Tarantella (PSL), Gilvani Santos (PSTU), Milton Andrade (PMN), Mendonça Prado (DEM), senador Eduardo Amorim (PSDB) e Márcio Souza (PSOL). Das nove candidaturas, o único ausente foi o governador Belivaldo Chagas (PSD).

Transmitido ao vivo pelas redes sociais do Sindifisco, o ciclo de de-

bates foi realizado nos dias 3,4,5 e 10 de setembro e proporcionou aos candidatos, individualmente, a apresentação de plataformas políticas. A sabatina dos auditores e auditoras fiscais ajudou a aguçar e estimular o debate temático.

O presidente do Sindifisco, Paulo Pedroza afirmou que o Debate do Fisco teve o objetivo de influenciar na formulação das políticas públicas do Estado de Sergipe, na área das finanças públicas e administração tributária. “O movimento sindical precisa, efetivamente, extrapolar a luta

específica por salários e condições de trabalho. Temos de participar da vida política e ajudar a encontrar soluções para os problemas do nosso estado. Debates como esse contribuem com o fortalecimento da democracia e das instituições públicas”, defendeu Pedroza. Durante quatro dias, Além de Paulo Pedroza, os debates tiveram como coordenadores os diretores do Sindifisco, Abílio Castanheira (Comunicação), Djalma Freire (Jurídico), Ivan Oliveira (Relações Intersindicais), Zé Antônio (Financeiro e Administrativo) e Márcio Santa Rosa (Formação Sindical).

VALADARES FILHO (PSB)

Valadares Filho faz uma “breve radiografia” de Sergipe

O candidato Valadares Filho (PSB) fez uma “breve radiografia” das áreas da economia e segurança pública de Sergipe. Apresentou dados que segundo ele demonstram a “precariedade e endividamento da gestão pública” e destacou a queda do PIB, o desemprego que afeta cerca de 170 mil sergipanos; milhões de dívida; os salários atrasados.

Valadares Filho vai reduzir cargos comissionados

Com os ajustes que fará na administração, Valadares Filho pagará em dia o funcionalismo público; fará concursos públicos nos setores que de fato precisem e reduzirá os Cargos Comissionados.

Valadares Filho: “não abriremos mão de fonte de arrecadação”

Valadares Filho, vai “melhorar o foco da arrecadação e da fiscalização aos sonegadores”. Pretende ouvir o Fisco, para inclusive, incorporar novas ideias ao programa de governo. Quanto aos vários questionamentos sobre a atual política de incentivos, benefícios e renúncias fiscais, o candidato afirmou que “em momento de crise não podemos abrir mão de fonte de arrecadação - com diálogo e transparência - temos de encontrar uma saída, um meio termo para solucionar o problema”.

Valadares Filho X autonomia tributária

Sobre a possibilidade da adoção de princípios da PEC 186 - que tramita no Congresso - da autonomia eminentemente técnica financeira nas administrações tributárias, Valadares disse que “quanto à autonomia técnica sem dúvida” adotará no governo dele. Já a autonomia financeira, ele disse que se o melhor caminho for esse, também adotará.

Durante o debate, quando questionado sobre a criação de uma Secretaria para cuidar exclusivamente das receitas tributárias, Valadares diz que acolherá a sugestão.

Valadares Filho e as Carreiras do Fisco

Quanto às duas Carreiras do Fisco, Valadares afirmou que tem obrigação de respeitá-las. Reconhece que são duas categorias importantes. Mas, disse que tem “a sensibilidade de entender que há uma maioria que dá uma maior contribuição ao Estado. Por isso, essa maioria terá sim uma discussão mais ampla”.

DR. EMERSON (REDE)

Dr. Emerson: “SE tem os piores indicadores em todas áreas”

Dr. Emerson diz que este “é o pior governo” da história de Sergipe. “Antes, estávamos em condição ‘menos ruim’ do que outros estados e descemos a ladeira, sem exceção, em todos os indicadores econômicos e sociais: PIB, Infraestrutura, competitividade, desempenho, saúde, violência. Hoje, temos os piores indicadores do País”.

Dr. Emerson “Reforma Tributária X dependência ao FPE

Quanto às finanças públicas, dr. Emerson defende a reforma tributária com um novo pacto federativo para mudar o atual cenário de dependência ao FPE, em que 65% dos tributos ficam com o governo federal, o que leva a distribuição injusta dos recursos públicos. Deixa os mais de 5.600 municípios e os estados submissos, “no toma lá dá cá com o governo federal”. Defende novo modelo tributário, que seja justo, progressivo e crie um ambiente favorável ao desenvolvimento.

Dr. Emerson quer aumentar a receita, sem aumentar a alíquota

Para ele “aumentar a receita via aumento de alíquota é a forma que essa política velha sabe fazer, como se não houvesse outra saída”. Ressalta que em Sergipe “a dívida pública cresceu 4 a 5 vezes nos últimos 10 anos e ainda tem o adiantamento de receita de royalty, o que empurra o problema com a barriga”. Afirma que “o alto índice de sonegação e política inadequada de benefícios fiscais” são políticas injustas e precisam mudar, “porque não estão vinculadas a atração de emprego nem a política de desenvolvimento econômico”. Como solução para mudar esse cenário, defende ampliar a base de receita, sem onerar a população.

JOÃO TARANTELLA (PSL)

João Tarantella reduzirá de 23 para 12 secretarias

João Tarantella reduzirá o número de Secretarias de 23 para 12 e que também enxugará o número de CCs. Promete que o secretário de Finanças do governo dele “vai sair da SEFAZ”. Quer dialogar com os servidores e colocar a PM para dar maior proteção à fiscalização do Fisco. “Vamos colocar um batalhão nos postos fiscais”.



GILVANI ALVES (PSTU)

Gilvani Alves: “governo não ataca as grandes empresas e fecha postos”

Para Gilvani Alves, o Escud não está preocupado em buscar receita e sim em reduzir os gastos sociais. “A Fazenda precisa ir atrás da receita, cobrar os impostos dos grandes empresários, instrumentalizando e valorizando o Fisco. Mas ao contrário, o Estado continua perdendo as dívidas dos ricos e fechou os postos fiscais, tirando a base essencial da atuação dos servidores do Fisco que é a arrecadação”.

Gilvani Alves suspenderá isenções e Dívida Pública

Gilvani Alves propõe a suspensão da dívida pública e das isenções de impostos e a imediata realização de auditoria nessas contas. Como forma de gerar emprego, propõe a estatização de empresas que “deiram calote ao governo e ao povo sergipano e que estejam envolvidas com corrupção”. Segundo a candidata, “essas medidas são radicais, porque vão à raiz do problema e deverão contar com o apoio dos trabalhadores e dos conselhos populares”.

MILTON ANDRADE (PMN)

Milton Andrade vai reestruturar a Sefaz e reabrir postos

O candidato Milton Andrade (PMN) apontou que das dificuldades da atual gestão da Sefaz estão a desativação da Escola Fazendária, a falta de reposição salarial, atraso no pagamento de salários, parcelamento do 13º salário e fechamento de postos de fronteira. “Confundiram os postos de fronteiras com se esses fossem lojas de franquias. Esses postos servem para blindar as fronteiras, para barrar os sonegadores. “Não devemos enxergar o Fisco como se o fosse despesa, mas como olhar como investimento para arrecadar melhor e cria um ambiente favorável à concorrência leal”.

Milton Andrade: “cenário caótico de Sergipe”

Milton Andrade também descreve “um cenário caótico” de Sergipe, em todos os indicadores sociais: “Sergipe perdeu cerca de 30mil postos de trabalho de 2015 para cá. Está entre os três estados com maior taxa de desemprego do País. Para reverter à situação

econômica, ele propõe atrair empresas, investimentos com rodovias, energia elétrica e cursos profissionalizantes para ofertar mão de obra.

Milton Andrade vai reduzir secretarias

“O déficit anual do governo estadual está em de R\$ 600 milhões reais ao ano. Precisamos reverter esse déficit, com contenção de despesas, com redução de secretarias de Estado (ficará apenas oito), redução e substituições de CCs por servidores públicos e coibir os terceirizados. Há quem diga que o governo de Sergipe tem entre 3 mil a 5 mil CCs”.

MENDONÇA PRADO (DEM)

Mendonça Prado: “vou priorizar o aumento da receita”

O candidato a governador de Sergipe Mendonça Prado (DEM) disse que o projeto dele para governar Sergipe é o aperfeiçoamento da administração pública. “Não farei uma gestão de grandes obras estruturantes. Vou priorizar o aumento da receita e diminuição de gastos”, disse.

Mendonça Prado vai reestruturar a Sefaz

Mendonça Prado também pretende implementar tecnologias - sistemas eletrônicos eficientes - na Sefaz, para garantir uma arrecadação capaz de atender as necessidades da população. “O Fisco precisa de tecnologias e de incentivo. O papel do Fisco deve ser reconhecido por todos como peça fundamental para melhorar as condições de aumento de receita: “sem o Fisco nenhuma administração vai a lugar algum”.

EDUARDO AMORIM (PSDB)

Eduardo Amorim: sonegação: “quem paga a conta é o povo”

Eduardo Amorim diz que vai combater “firmemente” a sonegação fiscal. Afirma que “quando as empresas não pagam o ICMS devido, quem paga essa conta é o povo”. Investirá ainda em instrumentos tecnológicos adequados para melhorar a arrecadação. Para ele, Sergipe precisa sair da dependência dos recursos do Fundo de Participação Estadual, para ter capacidade de andar com as próprias pernas.

Eduardo Amorim: reorganização da gestão e da SEFAZ

Eduardo Amorim diz que a Sefaz será reestruturada para focar seu trabalho na fiscalização, tributação e o aumento da arrecadação: “Vamos tirar essa coisa do gasto da Sefaz e focar na arrecadação de receitas”. Para reorganizar as despesas da administração estadual, o senador criará o Conselho de Custos - vinculado ao Gabinete do Governador, “para monitorar os gastos e a evolução das despesas públicas. Vai também criar o Portal do Cidadão, “para garantir transparência do gasto público”.

Eduardo Amorim vai regularizar pagamento da folha

Eduardo Amorim afirmou que de forma imediata vai regularizar o pagamento dos servidores: “não é justo que o servidor que já não tem reajuste nos salários, receba atrasado e seja obrigado a usar cheque especial no cartão de crédito e pagar os juros por isso”.

Eduardo Amorim afirma que vai reorganizar as carreiras do Fisco

O senador afirmou que só realizará concurso público na Sefaz após a unificação das duas carreiras: “são 468 auditores fiscais tributários e 28 auditores técnicos, e o que muda é apenas uma palavra: técnico. Vamos fazer uma revisão, com carinho e respeito e sem tirar direito de servidores para que as coisas funcionem melhor”.

MÁRCIO SOUZA (PSOL)

Márcio Souza vai fortalecer as carreiras típicas

Márcio Souza prometeu transformar o Estado de Sergipe em um governo forte, capaz de cumprir seu papel social para garantir segurança e arrecadar tributos. Márcio Souza afirmou que o governo dele vai fortalecer as chamadas carreiras típicas de Estado, relativas à segurança e a arrecadação de tributos, consideradas por ele como carreiras fundamentais.

Márcio Souza: fortalecimento da arrecadação

A meta de Márcio Souza é o fortalecimento da arrecadação do Estado: “qualquer política pública não dá para ser exequível sem ter recursos necessários. Vamos fazer uma renovação, desatrelado dos setores econômicos privados que querem tratar o Estado como balcão de negócios para defender seus próprios interesses e que botam na cabeça do povo que arrecadar é algo ruim”

Por que duas Carreiras no Fisco, se há semelhanças de funções, de tabela salarial e de competências?

O Fisco sergipano contou até o ano de 1988 com dois cargos para executar os serviços pertinentes à fiscalização, arrecadação e tributação. Os dois cargos tinham competência plena de lançamento de crédito tributário, executando todas as tarefas pertinentes ao Fisco. Tal semelhança de funções fez com que, no final de 1988, após a promulgação da Constituição Federal, fosse criada a Carreira do Fisco, com um único cargo acabando com os cargos isolados e tendo dois níveis distintos: Fiscal de Tributos Estaduais

I (FTE-I) e Fiscal de Tributos Estaduais II (FTE-II), sendo que o ingresso se daria exclusivamente pelo nível I.

No ano seguinte, 1989, ocorreu o primeiro concurso para essa carreira, sendo convocados cerca de 400 (quatrocentos) FTE-I.

Em 1990, o governo acabou com a recém-criada Carreira do Fisco (contrariando orientação constitucional), colocando no seu lugar três cargos isolados: FTE-I; FTE-II e Auditores Tributários, sendo que o cargo de FTE-II, ficou em extinção. A mesma lei que

acabou com a Carreira criou diferenças de atribuições entre os cargos, entretanto todos continuaram com a competência plena de lançamento do crédito tributário.

Numa tentativa de recriar a Carreira do Fisco, em 2001, após uma grande mobilização da categoria, foi aprovada a Lei Complementar 067/2001, que unificou os três cargos isolados, criando a Carreira de Auditores Técnicos Tributários - ATT. Infelizmente, após o ingresso de uma Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI), o Tri-

bunal de Justiça entendeu que o aproveitamento dos antigos FTE-I, nessa carreira era inconstitucional.

Antes do final da tramitação dessa ação (ADI), o Estado aprovou em 2016 as Leis Complementares 279, 282 e 283 com o objetivo de cumprir o entendimento do TJ e reestruturar a Carreira do Fisco. E mais uma vez encontra-se no TJ uma ADI que analisa a constitucionalidade das citadas Leis e que em nada contribui para o bom funcionamento da Sefaz, muito pelo contrário.

É bom que se diga, que em nenhum desses momentos houve acréscimo remuneratório, ou aumento de competências. Os servidores continuam praticando as mesmas funções que executaram durante toda a sua vida laboral.

A pergunta que fica: Se há similitude de funções, mesma tabela salarial, mesma competência, por que têm que existir duas carreiras, a quem interessa criar um clima de instabilidade e fragilizar categoria que é essencial na estrutura do Estado ???